

IDENTIDADE, CONHECIMENTO HISTÓRICO, LEI 10.639/03: UM PROCESSO EM CONSTRUÇÃO

Jeuédne Eufrázio Araújo de Queiroz¹

GT8 - Espaços Educativos, Currículo e Formação Docente (Saberes e Práticas)

Resumo

O presente texto procura trazer uma reflexão teórica acerca do conceito de identidade procurando compreender seus sentidos e valores que constituem sua formação. Quais são os caminhos percorridos para a formação da identidade pessoal. Refletiremos de forma mais específica sobre a identidade afrodescendente de como ela foi construída a partir de certos termos, de como o conhecimento histórico pode contribuir para a formação de uma identidade positiva. Faremos uma breve reflexão de como a Lei 10.639/03 que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio do Brasil tem impactado nos currículos e nas práticas educacionais no cotidiano das escolas.

Palavras chaves: Identidade. Identidade Afrodescendente. Conhecimento Histórico. Lei 10.639/03.

Abstract

This text seeks to bring a theoretical reflection on the concept of identity, seeking to understand its meanings and values that constitute its formation. What are the paths taken for the formation of personal identity. We will reflect more specifically on Afro-descendant identity, how it was constructed from certain terms, how historical knowledge can contribute to the formation of a positive identity. We will make a brief reflection on how Law 10.639/03, which makes the teaching of Afro-Brazilian History and Culture mandatory in primary and secondary education establishments in Brazil, has impacted the curricula and educational practices in the daily life of schools.

Keywords: Identity. Afro-descendant identity. Historical Knowledge. Law 10.639/03.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Tiradentes (UNIT-SE); Mestre em Ensino de História pela Universidade Federal de Sergipe (UFS); Especialista em Educação para Relações Étnico Raciais no Sertão Alagoano pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Graduado em História pela Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde (AESA). Atualmente é professor da Rede Estadual de Alagoas e da Rede Municipal de Delmiro Gouveia – AL. Membro do Grupo de Pesquisa História da Educação no Nordeste (GPHEN). E-mail: jeuednequeiroz@gmail.com

INTRODUÇÃO

A questão da identidade está presente nas sociedades modernas, existe uma tentativa de entender os fenômenos sociais, as manifestações culturais que frequentemente passam por alguma transformação. O sujeito moderno é estudado tendo como objetivo captar as percepções de significados por ele construídas, no sentido de entender o indivíduo e suas visões acerca da realidade e das circunstâncias que o cercam. São essas circunstâncias que atuam efetivamente na construção da identidade pessoal, decorrentes de certas vivências particulares, como da mesma forma no seu envolvimento na vida pública.

No presente artigo traremos uma reflexão sobre o conceito de identidade, a formação da identidade afrodescendente. Apresentaremos como o conhecimento histórico pode e deve ser utilizados no combate à discriminação racial. Exporemos sobre a construção da Lei 10.639/03 e suas implicações no currículo escolar.

Entender a situação do homem moderno a partir da identidade é um desafio na busca das incertezas que o próprio processo de conhecimento pode nos levar. Para perceber esse homem moderno como um sujeito que a todo instante constrói novas identidades de acordo com suas necessidades, sejam elas materiais ou não, temos que procurar compreender os recortes da realidade analisada, sem qualquer pretensão de alcançar os conhecimentos “verdadeiros” e compreendê-los como universais e imutáveis. A identidade deve ser entendida como um processo contínuo, com inúmeras complexidades, que se redefine a todo instante trazendo em si alguns aspectos contraditórios. Como nos alerta Bauman (2005, p.16): “simultaneamente includente e excludente”, não existe uma estrutura hermenêutica que possa se solidificar diante das incertezas que se apresentam no momento histórico presente. Pensar atualmente que as estruturas que se apresentam podem possuir uma durabilidade, que possa representar algo invariável, seria certamente um erro. Pois as estruturas montadas são construídas pensando nas situações de vantagem que possam facilitar imediatamente aos interessados.

O contexto histórico atual não permite que se possua uma identidade fixa, única imutável. Pensar uma estabilidade para a identidade não parece ser muito coerente com a situação das relações humanas atuais, os comportamentos são caracterizados pelo sentimento de imediatismo, a ideia de levar “vantagem em tudo” está presente como nunca visto na história da humanidade, a fragilidade das relações humanas atualmente é perceptível, todos são suspeitos de estarem se aproveitando da situação, todos passam pelo sentimento de descrédito. No

mundo moderno acompanhando a velocidade tecnológica, as relações humanas cada dia são menos duradouras, descartáveis. “Em outras palavras, laços e parcerias tendem a ser vistos e tratados como coisas destinadas a serem consumidas e não produzidas; estão sujeitas aos mesmos critérios de avaliação de todos os outros objetos de consumo”. (BAUMAN, 2001, p.187).

É necessário compreender as relações humanas atuais para poder tentar entender o processo de construção identitária, buscando interpretar o ser humano dentro das suas necessidades físicas e biológicas, observando suas necessidades subjetivas. Essas circunstâncias gera uma percepção peculiar da existência social de forma mais próxima da realidade efetivamente vivenciada por um grupo e/ou pelos sujeitos. Passa-se a contemplar o real como um fenômeno cultural, histórico e dinâmico cuja construção está ligada a uma teia complexa, permitindo sobre si várias interpretações.

IDENTIDADE: VALORES E SIGNIFICADOS SIMBÓLICOS

As várias áreas do conhecimento atualmente buscam compreender e ao mesmo tempo construir o conceito de identidade, pois se utilizam desse conceito como base à explicação ou indagação de questões referentes à formação da personalidade, a formação sociocultural, às leituras que os sujeitos fazem acerca da realidade e das circunstâncias que efetivamente provocam mudanças nas estruturas pessoais e sociais. Essa situação tem provocado uma série de debates entre os teóricos, cada um procurando estabelecer a sua definição como a mais apropriada.

Razão disso é a necessidade de compreensão e abordagem desse conceito dentro da conjunção histórica que pretende analisá-la, levando em consideração as formações culturais, o processo de formação dos grupos, das pessoas, sua posição social, o seu lugar no mundo. Compreender a construção da identidade pela perspectiva dos sujeitos analisados busca sobretudo entender as estratégias criadas para o posicionamento nas estruturas sociais. Logo, a identidade está sujeita às relações de poder que se estabelecem.

Cada sujeito desenvolve um conhecimento hermenêutico sobre o mundo e sobre si, esse conhecimento é organizado pela sua experiência pessoal, são articulações engrenadas pelas leituras do mundo real e do seu mundo simbólico, formulando suas crenças, ideias, conceitos, padrões, práticas, pensamentos, morais, rituais e normas, atribuições sobre si e sobre os outros, sobre seu espaço físico e social. Por referências o sujeito vai encontrando seu espaço na sociedade,

uma relação dialética onde o sujeito constrói sua teia de contatos e é construída por ela, a construção permanente e as especificidades das experiências determinam a maneira desse sujeito se portar em sociedade. Neste diálogo encontra-se o pensamento de Ferreira sobre a construção da identidade:

Assim, identidade tem relação com individualidade – referência em torno do qual o indivíduo se constrói; com concretude – não uma abstração ou mera representação do indivíduo, articulando-se com uma vida concreta, vivida por um personagem concreto, alicerce de uma sociedade igualmente concreta e constituída por vidas vividas; com temporalidade – transforma-se ao longo do tempo; com sociabilidade – só pode existir em um contexto social; com historicidade – vista como configuração localizada historicamente, inserida dentro de um projeto e que permite ao indivíduo alcançar um sentido de autoria na sua forma particular de existir. (FERREIRA, 2009, p. 48).

A simbolização das relações sociais é uma proporção importante dentro da construção identitária, ao passar por um processo de internalização dos símbolos, que articulam a expressão da estrutura de significados. Isso não quer dizer que esses significados sejam fixos; existem momentos em que essas interpretações perdem o poder de significação ou referência, principalmente quando tal questionamento repercute socialmente acerca da necessidade de explicar seu sentido. Quando isso acontece, o indivíduo só enxerga dois caminhos: ou reformula o sentido da simbologia estabelecida ou a abandona por completo.

Uma compreensão importante no que se refere ao simbolismo é que a memória histórica de um povo gera os elementos simbólicos que se estabelecem por meio das chamadas experiências compartilhadas. Isto posto, os símbolos têm a capacidade de representar uma coletividade, já que tem a capacidade de interação entre os sujeitos, os símbolos a partir das experiências compartilhadas se convertem em instrumentos de representação.

Diferentes condições históricas oferecem outras possibilidades de autoexpressão, de autoafirmação, de enxergar o mundo através da mediação com a realidade que se apresenta a cada sujeito. Ao nortear o processo de identidade, essas situações criam representações que permitem criar, reforçar ou trocar determinadas práticas nos espaços de vida. A compreensão do processo de construção da identidade pode criar uma força capaz de incomodar as relações e posições sociais, de questionar as realidades já estabelecidas e tidas por verdadeiras.

Faz-se necessário uma compreensão de que a identidade se utiliza de valores e conhecimentos que podem desencadear sentidos diferentes, em diferentes pessoas. Os sujeitos

podem fazer e ter leituras múltiplas sobre a mesma realidade. Cada sujeito é inspirado pelas suas relações pessoais e as que são construídas por seu grupo social. A identidade é construída a partir de sentidos que são formulados e mediados em confrontação daquilo que nos parece ser análogo e/ou o que pode provocar distinção.

Não se constrói identidade sem constituir as diferenças. A sociedade moderna, nas suas relações sociais, é marcada por antagonismos, sempre composta por classes sociais diferentes, grupos étnicos múltiplos e de gênero distintos. Esses antagonismos demarcam as fronteiras, identificam as diferenças e estabelecem posições para essas identidades. As identidades são construídas em comparação a outras identidades. As semelhanças e as diferenças representam os desejos e as pretensões dos diferentes grupos sociais, que podem representar polarizações profundas.

Nessa disputa por espaço nas relações de poder elas podem não se estabelecer de forma harmoniosa, pois quando isso ocorre há uma tentativa de hierarquizar uma identidade sobre a outra, atribuindo valores positivos a uma e restando a outra os valores negativos. Silva exemplifica as diferenças entre as relações de poder e como elas são marcadas:

São outras tantas diferenças marcas da presença de poder: incluir/excluir (“estes pertencem, aqueles não”); demarcar fronteiras (“nós e eles”); classificar (“bons e maus”; “puros e impuros”; “desenvolvidos e primitivos”; “racionais e irracionais”); normalizar (“nós somos normais; eles são anormais”). (SILVA, 2012, p. 81-82, apud MENDONÇA, 2013, p. 36).

Por outro lado, quando a diferença não se aplica, a necessidade de hierarquização pode representar a diversidade, heterogeneidade, que desta forma não se isolam e nem se anulam, não se negam, não há uma abolição das diferenças, ao contrário, há um espaço que permite o surgimento de uma diversidade cultural. Identidades assim são formadas muitas vezes pelo confronto, pela negociação dos valores. Sobre essas conjunturas de negociações Bauman (2001, p. 204) nos incentiva a: “aprender a difícil arte de viver com a diferença ou produzir condições tais que façam desnecessário esse aprendizado”. Permitir ao outro que se autodetermine, construa uma identidade contrativa, com base em valores como o respeito à diferença, certamente vão tornar os espaços mais democráticos dentro da sociedade brasileira.

IDENTIDADE AFRODESCENDENTE

Produzir uma série de reflexões na perspectiva de entendimento da identidade afrodescendente é estratégico para problematizar as questões do negro na sociedade brasileira. A expressão “negro” durante muito tempo foi deslocada do seu contexto histórico, cultural e político, o que em muitos casos fortaleceu as práticas racistas. É necessário compreendê-la como uma construção social, que carrega consigo uma complexidade de sentidos que trazem os reflexos do lugar em que o sujeito desenvolve suas atividades cotidianas, como da mesma forma compreender em que momento histórico o termo era utilizado e para quem esse era aplicado é fundamental para a compreensão geral do termo.

São muitos os termos que se utilizam para designar a população negra, termos de cunhos racistas e outros que ressaltam a tendência da miscigenação como pardos, mulatos, crioulos, morenos, que fazem uma celebração de miscigenação e uma forma de explicitar de certa forma um suposto branqueamento nas relações de natureza social. A historiografia mais recente vem apontando que essas classificações interétnicas no Brasil não podem ser simplificadas e associadas simplesmente ao fator cor da pele, são complexas, e toda visão reducionista vai conduzir para o pequeno espaço social constituído de senhores e escravizados.

Essa visão provoca uma despersonalização do negro o associando simplesmente às questões de exploração, opressão, violência, desigualdade, racismo e pobreza. Mostrando o negro como resultado de um violento processo de ‘desaculturação’, um ser desapropriado do seu corpo, negando completamente o seu caráter humano; negando sua humanidade nega-se o lugar de protagonista da sua história. Segundo Silveira:

O Movimento Negro contemporâneo busca construir uma identidade a partir das peculiaridades do seu grupo; seu passado histórico como herdeiros dos escravizados africanos, sua situação como membros de grupo estigmatizados, racializados e excluídos das posições de comando da sociedade, cuja construção contou com seu trabalho como membro de grupo que teve sua humanidade negada e sua cultura inferiorizada. (SILVEIRA, 2010, p. 48).

Neste cenário, não negamos as violências sofridas, mas acreditamos que a identidade deva trazer outras características que procurem trazer elementos valorativos a vidas dos sujeitos que se identificam como negros. Que traga elementos que possam combater a discriminação racial e produzir uma política de identidade negra que reafirme os direitos civis e culturais para a cena brasileira. Temos a certeza que no Brasil as relações raciais foram desenvolvidas a partir dos

efeitos do racismo e da discriminação sobre os sujeitos, e a luta contra o ideário racista deve ser um fator permanente e multiforme em todos os espaços da sociedade.

Entretanto, a identidade também pode ser formada a partir de impactos sofridos pelos sujeitos, as ações contrárias que são efetivadas na sociedade como o preconceito racial, pode ser o momento de tomada de consciência da discriminação exercida pelos grupos hegemônicos. Esse processo de descoberta pode ser efetivado a partir de exposições a eventos que contenham informações favoráveis acerca de aspectos culturais e históricos da experiência negra e das raízes de matrizes africanas. Essas informações passaram a servir como referência provocando novos sentidos sobre suas concepções de negritude.

O conhecimento histórico favorece a recuperação de valores da cultura e da própria história do negro, nesse processo de reconstrução o objetivo é levá-lo a revisitar valores que no processo de socialização foram inculcados como verdadeiros, revisando esses valores era uma grande possibilidade de se ter um desenvolvimento de uma identidade e uma autoestima mais positiva. Com essas atitudes o sujeito afrodescendente passa a desenvolver uma perspectiva identitária não estereotipada, com atitudes que visem à valorização das qualidades referentes ao negro. Pois o entendimento volta-se à exploração de valores do seu próprio grupo racial. Portanto,

O afrodescendente desenvolve um controle sobre sua emocionalidade, com o abandono das ideologias simplificadoras, frequentemente reconhecendo suas primeiras impressões sobre a negritude de forma a abandonar as visões românticas e idealizadas. (FERREIRA, 2009, p. 82).

Com a mudança no grupo de referência provoca transformações na configuração da identidade e em todo o mundo simbólico criado a partir dela; o sujeito tem plena consciência de tudo que envolve essa temática: como a prática do racismo, por exemplo. Esse estágio de consciência faz com que ele perceba as condições que estão postas para ele e desenvolva elementos que possam protegê-lo contra essas atitudes. Mediante uma nova postura podemos afirmar que houve a efetivação de ações afirmativas e positivas das matrizes africanas no processo identitário.

O ambiente escolar se constitui como uma parte importante para a concretização desse modelo de processo identitário. É uma engrenagem importante entre as instituições sociais formadoras da identidade, um espaço sociocultural que permite que o sujeito tenha contatos com diferentes formações, comportamentos múltiplos, inúmeras formas de pensar, sentir e agir. Não

se pode ter um modelo de escola cujo tratamento pedagógico percebe os sujeitos como iguais e como se tivessem a mesma formação identitária.

A escola precisa se posicionar diante de qualquer forma de discriminação ou de tentativa de diminuição do ser humano. Os problemas que a sociedade vive se refletem na escola, tais como: a intolerância com a diferença seja em que nível for. O espaço escolar deve ser um ambiente para discussão e para a desconstrução desses paradigmas discriminatórios e para o surgimento do respeito às diferenças e diálogos entre as diferentes representações dos que estão presentes e são partícipes no modelo escolar.

O CONHECIMENTO HISTÓRICO NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE

É possível elencar uma série de elementos que podem nos ajudar a conhecer o passado, porém não podemos perder de vista o fato de que estes elementos são frutos da construção histórica e que sempre passam por um processo seletivo daquele que se predispõe para o fazer histórico. A história pode mexer com os sentimentos de um determinado grupo social, fazendo com que esse se sinta participante ou não; é na história e a partir dela que se revelam os registros de uma construção social, representativa e identitária. Sendo assim, a história tem a capacidade de contribuir para a criação e a fixação de identidades.

Analisando tal contexto sob o ponto de vista curricular, os currículos não são neutros, refletem um campo permanente de disputa política. Implica necessariamente em pensar no que significa o passado e o que foi selecionado para se tornar referência para a construção da identidade.

O conhecimento histórico implica num processo de resignificação e de incorporação de tradições que possam fornecer respostas para questões cotidianas. Assim a relação com o conhecimento histórico é mediado com as experiências temporais presentes.

As pesquisas atuais sustentam a necessidade de compreender o pensamento histórico, questões relativas ao uso das informações factuais sobre o passado, portanto sobre o uso do saber histórico. Nesse sentido, a análise desse conhecimento indica que: A aprendizagem histórica deve ocorrer pela compreensão sistemática de conceitos substantivos (agricultor, impostos, datas, eventos), e também pela compreensão de conceitos de segunda ordem, esses relacionados à natureza do conhecimento histórico, como narrativa, relato, explicação histórica, consciência histórica. (GERMINARI, 2011, p. 58).

O conhecimento histórico é o resultado da aprendizagem histórica que passa pela compreensão histórica a partir de contextos concretos; dando sentido às suas experiências, às suas narrativas, às suas percepções do passado. As leituras da realidade encontram as suas bases estruturadas a partir do passado.

As identidades individuais e coletivas estariam intrinsecamente ligadas ao conhecimento histórico e a consciência histórica. Consciência histórica e identidade são construções que se apropriam das simbologias, das relações, do real para produzir conhecimento sobre si e os outros. Tendo por finalidade obter um conhecimento histórico no qual o sujeito possa se situar no processo de construção histórica, ele se encontra como um sujeito histórico, colaborando nas orientações de sua vida prática. Como nos adverte Rüsen (2001, p.15-14) “O pensamento histórico expande sua capacidade de fundamentar-se e de criticar-se”.

A organização mental feita pelos sujeitos que procuram o passado para suprir as carências de entendimento da realidade presente são fundamentais para interpretar as ações humanas na vida prática, seus significados, suas perspectivas, suas interpretações. Não se faz necessário que o sujeito possua um conhecimento abrangente da história produzida pela Academia, pois o processo de conhecimento histórico pode possuir um caráter empírico, orientado pelas informações cotidianas que são produzidas até mesmo longe dos espaços acadêmicos. Sobre conhecimento histórico empírico vemos:

No entanto, quando interesses e ideias, como precondições – oriundas da vida prática – do pensamento histórico se efetivam na experiência concreta do passado, é no processo dessa efetivação que se constitui o que entendemos como “história” como especialidade científica. É nesse processo que se aplicam os métodos que, como regras da pesquisa empírica, caracterizam a forma específica do pensamento histórico. Essa especificidade torna-se científica à medida que as perspectivas quanto ao passado, oriundas de carência e orientadas por interesses, são trabalhadas pela pesquisa pautada por regras metódicas e transformadas em saber histórico com conteúdo empírico. (RÜSEN, 2001, p. 33).

Portanto o conhecimento histórico se processa por meio da aprendizagem da história, que é uma compreensão da história ensinada nas escolas, pelo conhecimento produzido por outras ciências, pelos meios de comunicação de massa, pela influência dos outros na vida cotidiana. São esses elementos que influenciam diretamente e dão sentido histórico para as experiências e as interpretações sobre si mesmo e sobre o mundo.

Esse conhecimento histórico é verificável a partir das narrativas que os sujeitos fazem

sobre as suas experiências no tempo e sobre as leituras que fazem do mundo. A narrativa é o elemento que o sujeito encontra para fazer a mediação entre o passado e o presente, numa operação mental que recupera o passado e faz uma mediação com o presente, e o resultado desse processo é descrito por uma narrativa histórica. Rüsen (2001, p.63-64) afirma: “Para a constituição da consciência histórica requer-se uma correlação do presente com o passado – ou seja, uma atividade intelectual que pode ser identificada e descrita como narrativa”.

O conhecimento histórico vai se enraizando na sociedade, influenciando as relações, o que acaba atingindo diretamente a vida prática e a formação da identidade. Sendo impossível negar as mudanças do homem e de seu mundo sem a influência da história. Como já foi citado neste trabalho, a identidade constitui-se de um processo dinâmico. Um processo em constante transformação que pode ser ressignificada com o conhecimento histórico, com novas leituras e interpretações das experiências cotidianas. O que torna imprescindível a compreensão das potencialidades do conhecimento histórico na orientação da consciência histórica e na formação da identidade e o seu efeito nas ligações entre o passado e o presente, na busca de um futuro mais humano.

OS SENTIDOS DA LEI 10.639/03

As primeiras considerações que devemos fazer quando trazemos uma reflexão histórica sobre a criação da Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares do Brasil, é que esta não é concessão de um governo, mas é fruto da luta política dos movimentos sociais negros que constantemente traziam a temática da educação em suas jornadas de luta.

Notadamente a Lei 10.639/03 é uma das formas que o Estado brasileiro tem para reparar em parte, através da educação, todo o processo de folclorização e de invisibilidade a que foram colocados os negros, e suas contribuições para a formação social do Brasil nos currículos e nos livros didáticos. Não seremos ingênuos de acreditar que mediante essa aprovação os problemas que envolvem as questões raciais e, principalmente, a que envolve os afrodescendentes vão acabar. Mas sem dúvidas foi um passo importante para descortinar o racismo que se pratica no Brasil.

Devemos aqui fazer ressalva que a implantação da História e Cultura Afro-brasileira

já havia sido estabelecida em diversos Estados e Municípios de diferentes regiões. É o caso da Bahia em 1989, de Porto Alegre em 1991, Aracaju e Belém em 1994, São Paulo e Brasília em 1996. O texto da Lei 10.639/03 é de 9 janeiro de 2003, que altera a Lei 9394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). O artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) no seu parágrafo quarto tinha como proposição: “O ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africana e europeia”. O novo texto fala da obrigatoriedade no ensino fundamental e médio nas escolas públicas e particulares incluir no seu conteúdo programático a História da África e História e Cultura Afro-brasileira e as áreas que especialmente devem ser aplicadas. Como também incluir no calendário escolar o Dia da Consciência Negra (20 de novembro). A fim de entender como o processo da implantação da Lei 10639/03 é complexa e envolve outras áreas Mendonça faz a seguinte divisão:

O documento é estruturado em cinco partes: na primeira é feita uma apresentação pelo Ministério da Educação (MEC); na segunda é feita uma apresentação da Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR) na terceira parte tem a proposta das DCN's para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana; na quarta parte é a Resolução Nº 1 de 17 de junho de 2004 do Conselho Nacional de Educação e a quinta e última parte é o texto da Lei 10639/03. (MENDONÇA, 2013, p. 41).

No esforço de promover a ampliação do conhecimento dos povos formadores do Brasil que se encontravam fora das concepções historiográficas eurocentristas, em 10 de março de 2008, foi aprovada a Lei 11.645/08 que altera a Lei 10639/03, que mantém o ensino da história e da cultura afro-brasileira e acrescenta o ensino da história e da cultura dos povos indígenas. Essa inclusão procurava trazer reflexões acerca de como se processa a relação dos indígenas com a hierarquia nas comunidades, como eles enfrentam os desafios da sobrevivência, entender a relação indígena com as partes da natureza, ressignificar as tradições nativas a partir das narrativas mitológicas, compreender as relações que se desenvolve com os mais velhos nas comunidades indígenas.

Sem dúvidas essas leis foram conquistas para os inúmeros estudantes afrodescendentes e indígenas que estão em fase escolar, que passam a se reconhecerem nos assuntos que lhes são ministrados nas disciplinas escolares, principalmente na de história, artes e

literatura, que são as que devem trabalhar essas questões especificamente. Possibilitando uma história na qual todas as culturas e povos tivessem o mesmo espaço e forma de abordagem. Nesse estudo nos dedicaremos à questão afrodescendente de forma mais presente devido ao fato de nosso local de estudo estar inserido numa comunidade remanescente de quilombos.

PRÁTICAS CURRICULARES DE ACORDO COM A LEI 10.639/03

Esse currículo concebido por novas leis não implica na sua aplicação total ou em sua rejeição total, ela é praticada de forma adaptada, ressignificada a cada realidade local; a Lei precisa ser entendida como útil para que sua execução seja atingida, útil no sentido de atingir uma finalidade real do universo escolar e social dos sujeitos a que ela se propõe transmitir conhecimento.

A proposta da Lei 10.639/03 envolve-se com todas as disciplinas escolares, o que afeta diretamente o currículo. Portanto, o cumprimento da lei tem que levar em conta algumas situações. Sem sombra de dúvidas o papel que merece maior cuidado quando analisarmos questões que envolvem questões de ordenamento prático na sala de aula é o papel do professor, ele pode não compreender a importância de estar cumprindo o que determina a lei por uma série de fatores como: pode não ter adquirido na sua formação elementos suficientes de conhecimento para trabalhar as questões raciais, o que revela que o processo de formação continuada ainda é falho no Brasil. Ou ainda, por julgarem não ser necessário trabalhar essas temáticas, por acreditarem que o Brasil é um país racialmente igualitário e que as distorções que ocorrem são culpa dos indivíduos e não do sistema de exclusão. Nos alerta Santos:

Como sua efetivação não está sujeita a seu controle, mas é dependente desse universo amplo de pessoas e realidades, deixadas às margens do processo de construção, a sua implementação pode apresentar alguns problemas. Para começar as multiplicidades de interpretações e apropriações são inevitáveis (...). Não há como esquecer que o cotidiano escolar traz consigo práticas que não são passíveis de quantificação ou delimitações principalmente, porque, muitas vezes, elas surgem para atenderem as especificidades de um momento único, que não se repete da mesma maneira. (SANTOS, 2015, p. 44-45).

Outro ponto que devemos ressaltar é como o Estado tem tratado os indicativos da Lei 10.639/03; os governos, a partir de 2003 implantaram a Lei, muitos realizaram alguns cursos,

palestras, encontros, formações pedagógicas, sobre a temática. Mas não de forma contínua e sistemática, geralmente o fazem em algum evento específico. Outro elemento que ressaltamos é o livro didático, como manifestação do currículo oficial. Não temos a intenção de fazer uma reflexão detalhada sobre os livros didáticos. Contudo, os livros didáticos em alguns casos foram o contato inicial de diversos professores com os conteúdos da proposta curricular da Lei 10.639, já que os materiais com os conteúdos dessa proposta foram e são disponibilizados de forma lenta. Os livros didáticos sofrem duras críticas principalmente por ser tido como um instrumento governamental dogmatizador do processo ensino-aprendizagem, que esses na maioria dos casos não correspondem à realidade local. Porém como nos alerta Bittencourt:

(...) é necessário enfatizar que o livro didático possui vários sujeitos em seu processo de elaboração e passa pela intervenção de professores e alunos que realizam práticas diferentes de leituras e de trabalho escolar. Os usos que professores e alunos fazem do livro didático são variados e podem transformar esse veículo ideológico e fonte de lucro das editoras em instrumento de trabalho mais eficiente e adequado às necessidades de um ensino autônomo. As práticas de leitura do livro didático não são idênticas e não obedecem necessariamente às regras impostas por autores ou editores ou por instituições governamentais. (BITTENCOURT, 1998, p. 73, apud SANTOS, 2015, p. 64).

Não há hesitação quando afirmamos que mesmo com todas as dificuldades apresentadas para a implantação desse novo currículo, a Lei 10.639/03 é um instrumento indispensável na construção intelectual dessa geração de estudantes afrodescendentes; certamente será mais bem informada, com um conhecimento mais crítico com relação à produção histórica acerca dos seus antepassados e quais são as implicações no presente. A escola se torna verdadeiramente um lugar de debate, inclusive de conflitos, pois essa assume de uma vez por todas o caráter da sociedade na qual está inserida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É fundamental articular um diálogo entre as experiências vividas/contadas pela comunidade escolar com os saberes produzidos através do currículo, evitando toda forma de homogeneização ou de hierarquização dos saberes, mas compreender os diferentes discursos e linguagens que são produzidos, formando e transformando diferentes modos de vivência da comunidade em suas atividades cotidianas, suas tradições, seus contos, suas manifestações

religiosas, suas músicas, os trabalhos manuais que são desenvolvidos. A escola torna-se um ambiente interessante quando consegue conciliar a organização oficial do sistema com os sujeitos (alunos, professores, demais funcionários, comunidade) fazendo da educação um processo de permanente construção sociocultural.

Dessa forma, o ensino de História e Cultura Afro-brasileira deve atrelar-se aos temas que envolvem o universo dos estudantes, no sentido de contribuir para o desenvolvimento do conhecimento do conteúdo como um todo, de forma crítica, que possa desmistificar possíveis contradições, induzindo à problematização, estimulando basicamente a compreensão de sua realidade e agindo na transformação dessa realidade. É, acima de tudo, fazer com que a escola seja um espaço de reconhecimento, em que o estudante seja capaz de perceber claramente o que está sendo construído e sentir-se parte do constructo, e ainda fornecer ao estudante a formação de um repertório intelectual capaz de analisar as identidades e diferenças entre ele e os outros, o que dentro dos PCNs é a proposta principal da diversidade cultural.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi**. Tradução: Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2005.

_____. **Modernidade Líquida**. Tradução: Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Lei nº 9.394, de 20 de Dezembro de 1996.

_____. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003.

_____. **Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"**. Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008.

FERREIRA, Ricardo Franklin. **Afrodescendente: identidade em construção**. São Paulo: EDUC; Rio de Janeiro: Pallas, 2009.

GERMINARI, Geyso D. **Educação Histórica: A Constituição de um Campo de Pesquisa**. In: Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. 42, p. 54-70, jun. 2011 – ISSN: 1676-2584

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica: teoria da história: fundamentos da ciência histórica**.

13° ENFOPE 15° FOPIE

Encontro Internacional de Formação de Professores e
Fórum Permanente Internacional de Inovação Educacional

EDUCAÇÃO EM DIFERENTES
TEMPOS E ESPAÇOS:

A importância da escola na
transformação social e os
futuros incertos

22 A 24 DE MAIO DE 2024

Tradução: Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

MENDONÇA, Ednilsa Carmen de. **A construção da identidade no ensino de história na perspectiva da Lei 10639/2003**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Fluminense. Niterói – RJ, 2013.

SANTOS, Rosimeire dos. **Nós temos uma lei e agora? A Lei 10.639/03: entre práticas e políticas curriculares**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual de Londrina. Londrina – PR, 2015.

SILVEIRA, Sandra Beatriz Moraes da. **Cultura afro-brasileira uma perspectiva para a educação**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.